

A. I. N° - 279104.0193/01-1
AUTUADO - ARLINDO PAVESI
AUTUANTE - JOAQUIM MAURICIO DA MOTA LANDULFO JORGE
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 05/03/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0037-03/02

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. OPERAÇÃO REALIZADA SEM NOTA FISCAL. Infração comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 10/11/2001, exige ICMS de R\$ 12.240,00 e multa de 100%, e decorreu do transporte de mercadorias sem documentação fiscal.

O autuado, tempestivamente ingressa com defesa, fls.18 a 20, através de patrono legalmente constituído, e aduz que foi contratado pelas empresas Pirajá Materiais Industriais Ltda e Ambrás América Brasil Petroleum Equipamentos Supllt Ltda, para transportar os materiais da Petrobrás S/A da cidade de Mossoró (RN) para a capital baiana.

Afirma que no dia 10 de novembro de 2001, parou no Posto Fiscal Honorato Viana, e foi autuado, sob a alegação relatada no Auto de Infração. Contudo, esclarece que o material que transportava foi adquirido pelas empresas acima, que o contratou, mediante leilão realizado pela Petrobrás S/A, no dia 26/10/01, conforme notas fiscais que anexa. Cita que o leilão alienou o material em questão por lote e não por quilo, como faz prova o catálogo, as notas de arrematação do leiloeiro (compromisso de compra e venda) e as próprias notas fiscais da Petrobrás S/A, documentos que também anexa. Ressalva que o peso constante nas notas fiscais extraídas pela Petrobrás S/A foram fixados, apenas para efeito de locomoção da mercadoria, conforme declaração fornecida, documentos 10 e 11. Conclui que não houve violação à legislação em vigor, vez que a mercadoria em questão foi cotada em lotes e não em quilos, e que as notas fiscais exibidas à autoridade competente, comprovaram que o transporte da mercadoria em questão está dentro dos ditames legais. Salaria que a empresa Ambrás ficou como fiel depositária de toda a mercadoria que estava sendo transportada, mesmo à adquirida pela Pirajá Materiais, razão porque requer que esta fique como fiel depositária das mercadorias que adquiriu, constantes das notas fiscais anexas (doc. 4,5) e que se encontra com a Ambrás Ltda. A final, pede a improcedência do Auto de Infração e a concessão da posse definitiva das respectivas mercadorias aos dois adquirentes.

O autuante presta informação fiscal, fls. 45 a 46, com os seguintes argumentos: “O autuado tenta provar que as empresas adquiriram a mercadoria leiloada por lote e não por quilo, e apresenta como prova o catálogo, as notas de arrematação e as próprias notas fiscais emitidas pela Petrobrás S/A . Mas, estes documentos anexados só provam que o material foi leiloado por meio de lote e não por quilo, embora as notas fiscais emitidas pela Petrobrás S/A, no campo descrição dos produtos, especifique “LOTE” ela também nos dá uma informação importante que é o peso desses lotes, conforme pode ser observado abaixo:

NF	Lote	Peso
----	------	------

17477	496	3000 Kg
177478	498	3000 Kg
17480	497	2000 Kg”

Chama a atenção de que o fax anexado ao processo, contém declaração rubricada pelo Coordenador Permanente de Licitação da Petrobrás, constando a informação de que o peso foi estimado para efeito de transporte, mas que este não é documento probante da regularidade do trânsito das mercadorias. Ressalta que a informação sobre o peso foi fornecida por uma empresa idônea, que possui balança em sua unidade de Mossoró, e que sabe que tal informação, quando errada poderá provocar embaraço na fiscalização de trânsito. Também que sobre a diferença de peso de 18.000 Kg, desacobertada de documento fiscal, não há sequer uma prova de sua origem e destino. Mantém o AI na íntegra.

VOTO

Da análise acerca das peças e comprovações que compõem o processo teço as seguintes considerações:

O Auto de Infração em lide foi lavrado no Posto Fiscal Honorato Viana, contra o transportador das mercadorias, conforme descrito no Termo de Apreensão e Ocorrências nº 279104.0012/01-7, fls. 6 a 7, em decorrência de mercadorias (lotes de peças mecânicas diversas) estarem sendo transportadas e acobertadas pelas notas fiscais emitidas pela empresa Petróleo Brasileiro S/A, de Natal-RN, com o peso inferior ao constatado na balança do Posto Fiscal. Assim a nota fiscal nº 017477 acobertava um lote de 3.000 Kg, a nota fiscal nº 01748 acobertava um lote de 3.000 Kg e a nota fiscal nº 017480 acobertava um lote de 2.000 Kg, sendo que a fiscalização detectou que 18.000 Kgs de mercadorias estavam desacobertadas de nota fiscal .O autuante ressalva ainda que a operação de transporte foi realizada sem CTRC.

A defesa tenta elidir a infração com o argumento de que as mercadorias foram adquiridas de leilão da Petrobrás S/A, em lotes, e não em unidades de pesos. Contudo esta assertiva cai por terra sob a análise das notas fiscais de fls. 28, 29 e 30 do PAF, em que individualmente discriminam as mercadorias com os pesos correspondentes, que perfazem o total de 8.000 Kg.

Deste modo, assiste razão ao autuante ao exigir o imposto sobre as mercadorias que compõem o excedente do peso (18.000 Kg), desacompanhadas de documentos fiscais.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 279104.0193/01-1, lavrado contra **ARLINDO PAVESI**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 12.240,00**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “a” da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de fevereiro de 2002.

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – RELATORA/PRESIDENTE

